

**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS
HUMANOS - IDDH.**

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
DE 2025 E DE 2024 E RELATÓRIO DOS
AUDITORES INDEPENDENTES**

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS - IDDH**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024****CONTEÚDO**

Relatório dos Auditores Independentes

Quadro 1 – Ativo

Quadro 2 – Passivo e patrimônio líquido

Quadro 3 – Demonstração do resultado do exercício

Quadro 4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 – Demonstração do Resultado Abrangente

Quadro 6 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos

Diretores

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS - IDDH

Joinville – SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Entidades sem Finalidades de Lucros (NBC ITG 2.002/15-R1) e Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1.000-R1).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos - IDDH**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria com opinião sem modificação em 13 de junho de 2025, sobre aquelas demonstrações.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras que apresentam uma visão verdadeira e justa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville, 13 de março de 2026.

SIMONE MATHIAS LEITE

Contador CRC (RS) nº 53.378/T-SC
CNAI 3252



SAPPiA AUDITORES E CONSULTORES

CRC (SC) nº 8745/O-1
CVM nº 12.106

QUADRO 1
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS - IDDH
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO
 (Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota	2025	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	686.790	774.333
Contas a Receber		-	104
Adiantamento de Projetos		-	31.966
Outras Contas a Receber		1.061	1.061
Total do Ativo Circulante		687.851	807.464
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	5	4.434	7.965
Total do Ativo Não Circulante		4.434	7.965
TOTAL DO ATIVO		692.285	815.429

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

QUADRO 2
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS - IDDH
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2025	2024
Fornecedores		7.390	-
Obrigações Sociais		23.709	22.698
Obrigações Tributárias	6	-	99
Adiantamentos de Projetos	7	66.031	250.772
Total do Passivo Circulante		97.130	273.569
NÃO CIRCULANTE			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social	8	543.450	623.879
Superávit (Déficit) Acumulado	8	51.705	(82.019)
Total do Patrimônio Líquido		595.155	541.860
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		692.285	815.429

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

QUADRO 3**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS - IDDH****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2025	2024
Receita Operacional Líquida	9	14.550	20.802
Despesas (Receitas) Operacionais			
Despesas Administrativas	10	(186.388)	(232.405)
Despesas Tributárias		(5.315)	(3.123)
Outras Receitas Operacionais	11	132.417	65.079
Total das Despesas/Receitas Operacionais		(59.286)	(170.449)
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		(44.736)	(149.647)
Receitas Financeiras	12	96.647	67.855
Despesas Financeiras	12	(206)	(227)
Superávit (Déficit) do Exercício		51.705	(82.019)

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

QUADRO 4
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS - IDDH
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Superávit (Déficit) do Exercício	51.705	(82.019)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	51.705	(82.019)

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

QUADRO 5
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS - IDDH
MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2023	701.653	(77.774)	623.879
Incorporação ao Patrimônio Social	(77.774)	77.774	-
Déficit do Exercício	-	(82.019)	(82.019)
Em 31 de dezembro de 2024	623.879	(82.019)	541.860
Ajuste de Exercícios Anteriores		1.590	1.590
Incorporação ao Patrimônio Social	(80.429)	80.429	-
Superávit do Exercício		51.705	51.705
Em 31 de dezembro de 2025	543.450	51.705	595.155

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

QUADRO 6**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS - IDDH****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO****MÉTODO INDIRETO**

(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	51.705	(82.019)
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	3.531	3.531
Ajustes exercícios anteriores	1.590	
Variação nos Ativos e Passivos Operacionais		
Contas a Receber	104	692
Outras Contas a Receber	31.966	(31.865)
Fornecedores	7.390	(6.887)
Obrigações Sociais	1.011	7.315
Obrigações Tributárias	(99)	(246)
Outras Obrigações	-	(4.961)
Adiantamento de Projetos	(184.741)	(58.276)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	<u>(87.543)</u>	<u>(172.716)</u>
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(87.543)</u>	<u>(172.716)</u>
Representado por:		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	774.333	947.049
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	686.790	774.333

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH** – é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, criada em 2004 no Brasil, buscando ampliar o número de educadores e defensores de direitos humanos. O IDDH possui status consultivo junto à ONU e é membro do Grupo de trabalho de ONGs para a Educação em Direitos Humanos das Nações Unidas de Genebra.

Tendo como missão promover a Educação para a cidadania como meio de diminuir desigualdades e fortalecer a democracia no Brasil. Ao longo do ano de 2025, o Instituto realizou as seguintes atividades:

Área de advocacy e Articulação

Lançadas as publicações

Direitos Humanos na América Latina e Caribe: participação social nos Mecanismos Nacionais de Implementação, Relatórios e Acompanhamento (NMIRFs) (fevereiro/2025); - Proposta para uma participação social efetiva nos NMIRFs (setembro/2025).

Coordenação do Coletivo RPU Brasil

Coordenação do Coletivo RPU Brasil. O Coletivo RPU é uma coalizão atualmente composta por 41 organizações, associações, redes e coletivos da sociedade civil brasileira que, desde sua criação, em 2017, têm realizado o monitoramento dos direitos humanos no país através do mecanismo da Revisão Periódica Universal (RPU) das Nações Unidas.

Coordenação do Coletivo RPU América Latina

Coletivo criado em 2021, articula coalizões nacionais de diversos países da América Latina, fortalecendo a incidência regional no mecanismo.

Participação nas Sessões Regulares Conselho DH

Em 2025, o IDDH realizou incidências durante as três sessões do Conselho de Direitos Humanos da ONU.

Boletim Sociedade Civil no Conselho de DH

No ano de 2025, foram realizadas três edições do Boletim, as quais abordaram a 58ª, 59ª e 60ª Sessões do CDH/ONU.

Área de Formação

Edital ECOAR

Na 60ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o IDDH organizou a formação prática/incidência internacional do Edital ECOAR, levando 4 defensoras e um defensor de direitos humanos a Genebra nestas ações ocorridas em setembro.

Edital Olhares do Brasil

A terceira edição do edital Olhares do Brasil foi realizada em parceria com o Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos - IPPDH do MERCOSUL e apoio da ITAIPU Binacional. Pela primeira vez, o edital foi expandido para América Latina e, com isso, foi possível receber cerca de 30 inscrições de diversos países. 11 obras foram selecionadas para uma exposição presencial na sede do Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos - IPPDH do MERCOSUL, na cidade de Buenos Aires, Argentina. Ainda, tais obras ilustraram o Relatório de Meio Período: 4º ciclo da RPU.

Pocket - Agenda 2030: juventudes nos territórios

A primeira edição da versão pocket do curso Agenda 2030: juventudes nos territórios ficou disponível por cerca de 5 meses e as pessoas inscritas tiveram 30 dias de acesso para realizá-lo. 73 jovens puderam conhecer conteúdos teóricos e básicos sobre a Agenda 2030, a fim de que possam desenvolver capacidades concretas de incidência nos territórios onde vivem e atuam.

EPU y Derechos Humanos: contextos críticos y de emergencia

Com a participação do IDDH, este curso, realizado para o Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos del MERCOSUR (IPPDH), este curso teve o objetivo de fornecer conhecimento teórico básico sobre o mecanismo internacional Revisão Periódica Universal, das Nações Unidas, a fim de fortalecer a implementação dos direitos humanos nos países latinoamericanos, especialmente nos contextos críticos e de emergência. Com isso, 118 pessoas, de 18 países diferentes, participaram da formação.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estão sendo apresentadas em Reais (R\$).

As Demonstrações Contábeis da **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH** foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucro, inclusive normas instituídas pela interpretação ITG 2002, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1409/12.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

Compensações entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Entidade, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

Os saldos bancários e de aplicações financeiras cujos recursos irão compor prestações de contas aos doadores estão classificados como "com restrição", visto que sua aplicação é específica as finalidades previstas nos convênios.

Ativos Financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem "contas a receber de clientes e demais contas a receber" e "caixa e equivalentes de caixa".

Contas a Receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e mercadorias no decurso normal das atividades da Entidade.

As contas a receber de clientes no curto prazo, inicialmente, são reconhecidas pelo custo da operação e as de longo prazo pelo custo ajustado a valor presente (quando aplicável). Subsequentemente, essas contas são mensuradas pelo custo amortizado, menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos).

Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da respectiva depreciação. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do mesmo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, conforme demonstrado a seguir:

Equipamentos de Informática 05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando relevante.

Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Apuração do Resultado do Superávit (Déficit)

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência dos exercícios. O **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos - IDDH** reconhece as receitas de serviços prestados por competência. Já as doações são contabilizadas como receitas quando recebidas. As subvenções recebidas para aplicação específica em projetos são classificadas no passivo como adiantamento de projetos.

Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

Créditos de liquidação duvidosa que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício, conforme a expectativa de perdas;

Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto à assessoria jurídica da Entidade;

Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;

Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2025	31.12.2024
Depósitos Bancários a Vista	4.209	4.043
Aplicações Financeiras	682.581	770.290
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	686.790	774.333

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS - IDDH.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras encerradas
em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 5 – IMOBILIZADO

	Equipamentos Para Processamento de Dados	Total
Taxas anuais de depreciação	20%	
Em 31 de dezembro de 2024		
Custo	19.451	19.451
Dep. Acum.	(11.486)	(11.486)
Valor contábil líquido	7.965	7.965
Depreciação	(3.531)	(3.531)
Saldo Final 31.12.2025	(3.531)	4.434
Em 31 de dezembro de 2025		
Custo	19.451	19.451
Dep. Acum.	(15.018)	(15.018)
Valor contábil líquido	4.434	4.434

NOTA 6 – FORNECEDORES

	31.12.2025	31.12.2024
CAROLINA DOZZI GUTIERREZ	7.000	-
GFARIAS EDUCACAO LTDA	390	-
Total Fornecedores	7.390	-

NOTA 7 – ADIANTAMENTOS DE PROJETOS

O Instituto obtém subvenções para realização de seus projetos, que tem como objetivo promover a educação para a cidadania, diminuindo desigualdades e fortalecer a democracia no Brasil.

Sua participação se dá em forma de articulações e redes de direitos humanos visando acompanhar e incidir na política interna e externa de direitos humanos.

Diante disso, realiza e coordena processos de incidência nacional e internacional sobre os direitos humanos no Brasil, em parceria com organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS - IDDH.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

No ano de 2025 o instituto promovia os seguintes projetos:

Projeto União Europeia

Prazo: 10/2023 a 10/2026

Finalidade: Fortalecer a atuação de OSC e lideranças jovens para a criação e ampliação de mecanismos de governança da Agenda 2030 em municípios.

Projeto Suíça

Prazo: 01/05/2024 a 30/04/2026

Finalidade: Este projeto tem o objetivo de aumentar a participação das/os defensoras/es de direitos humanos (DDHs) brasileiras/os no Sistema Universal de Direitos Humanos. Ao amplificar suas vozes e agendas em fóruns internacionais, os DDHs desenvolverão mais habilidades e ferramentas para impactar o nível nacional por meio de estratégias de advocacy internacional.

Resumo dos projetos para os anos de 2024 e 2025:

	Valor Recebido	Valor Utilizado	Saldo a Utilizar
Projeto União Europeia (*)	749.029	(672.338)	76.691
Projeto Suíça (*)	240.226	(250.886)	(10.660)
Total Adiantamento de Projetos	989.255	(923.224)	66.031

(*) O saldo relativo ao projeto SUIÇA representa adiantamentos feitos pelo Instituto em 2025 que serão cobertos por nova subvenção em 2026 nos termos do contrato entre as partes. Os demais projetos o saldo de recursos será aplicado em 2026.

NOTA 8 - PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é formado pelos superávits/déficits acumulados que representam os recursos destinados a atingir o cumprimento de sua finalidade.

No exercício de 2025 a Entidade incorreu no superávit de R\$ 51.706, e ano de 2024 no déficit de R\$ 82.019.

Em 2025 o Instituto recebeu subvenções no montante de R\$ 545.079 e no ano de 2024 R\$ 672.176.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS - IDDH.
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras encerradas
em 31 de dezembro de 2025
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

NOTA 9 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31.12.2025	31.12.2024
Receita operacional bruta		
Prestação de Serviços a Prazo	15.000	21.300
Total da Receita Operacional Bruta	15.000	21.300
Deduções		
(-) ISS	(450)	(498)
Total das Deduções	(450)	(498)
Receita Operacional Líquida	14.550	20.802

NOTA 10 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31.12.2025	31.12.2024
Aluguéis e Condomínios	(10.301)	(12.195)
Depreciações	(3.530)	(3.531)
Despesas com Pessoal	(5.650)	(7.451)
Energia Elétrica	(2.077)	(2.172)
Telecomunicações	(2.176)	(2.123)
Limpeza e Conservação de Imóveis	(4.507)	(5.016)
Material de Expediente	(1.875)	(888)
Serviços Profissionais	-	(9.583)
Assessoria Empresarial	(123.735)	(127.639)
Outras Despesas	(32.537)	(61.807)
Total de Despesas Administrativas	(186.388)	(232.405)

NOTA 11 – OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	31.12.2025	31.12.2024
Receitas de Doações	132.417	60.000
Outras Recuperações de Despesas	-	5.079
Total de Outras Receitas Operacionais	132.417	65.079

NOTA 12 – RECEITAS/DESPESAS FINANCEIRAS

	<u>31.12.2025</u>	<u>31.12.2024</u>
Receitas Financeiras		
Descontos Obtidos	2	-
Rendimento de Aplicação Financeira	96.645	67.855
Total de Receitas Financeiras	<u>96.647</u>	<u>67.855</u>
 Despesas Financeiras		
Despesas Bancárias Diversas	(106)	(211)
Juros Pagos ou Incorridos	(46)	(8)
Multas Dedutíveis	(54)	(8)
Total de Despesas Financeiras	<u>(206)</u>	<u>(227)</u>
 Total de Receitas e Despesas Financeiras	<u>96.441</u>	<u>67.628</u>

NOTA 13 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras e outras contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos. A Administração do Instituto não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

* * * * *

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 13 Março 2026, 13:46:50

Status: Assinado

Documento: RB-20260311 01 - IDDH - Demonstrações Financeiras 31.12.2025.Pdf

Número: 1932040e-839d-4bae-a2b1-ae8a8a2e1d4c

Data da criação: 13 Março 2026, 11:59:50

Hash do documento original (SHA256): 652edcb42f1c0b65914f4bab8ce05bfe8f7c2ca9198f900d621014cd7094e8c4



Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

Assinado  via ZapSign by Truora SIMONE MATHIAS LEITE Data e hora da assinatura: 13/03/2026 13:46:49 Token: c2346d8a-2517-43fb-8bce-d5d16062b5d2		Assinatura  Simone Mathias Leite
Pontos de autenticação: Telefone: 554799920552 E-mail: simone@sappia.com.br		

Localização aproximada: -26.278647, -48.846453

IP: 186.225.9.6

Dispositivo: Mozilla/5.0 (Windows NT 10.0; Win64; x64) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) Chrome/145.0.0.0 Safari/537.36 Edg/145.0.0.0

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 1932040e-839d-4bae-a2b1-ae8a8a2e1d4c, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br